

A COMUNICAÇÃO NAS DIMENSÕES DA ESFERA PÚBLICA E DA POLÍTICA: análise da sociedade atual pela via dos processos de circulação de informações¹

COMMUNICATION IN THE DIMENSIONS OF THE PUBLIC SPHERE AND POLITICS: analysis of today's society through the processes of information circulation

Johnny Cardoso ²

Resumo: A abordagem do estudo centra-se na discussão de teorias e constatações empíricas sobre o deslocamento da esfera pública e o que isso representa no campo da política, considerando a dependência da sociedade atual em relação a sistemas circundantes e aos processos de produção, reprodução e circulação de informações no ambiente do ciberespaço e seus algoritmos. Esse exercício de reflexão registra-se em dois momentos. O primeiro, refere-se à mudança estrutural da esfera pública, conforme Habermas, ou de seu esfacelamento dos moldes de outrora, de acordo com o pensar de Chauí, e a ação de entes como Estado, sociedade, mercado e meios de comunicação em uma nova disposição simbólica de cada um deles. O segundo, diz respeito à descrição de aspectos fundamentais na observação dessa nova realidade – casos da acronia e da atopia ou do excesso e escassez de informações no contexto da esfera pública, que concorrem para o surgimento de atos discursivos baseados no ódio, na desinformação, na não verdade e em fake news.

Palavras-Chave: Esfera pública e política. Desinformação e não verdade. Dependência e interdependência.

Abstract: The study's approach focuses on the discussion of theories and empirical findings on the displacement of the public sphere and what this represents in the field of politics, considering the dependence of current society in relation to surrounding systems and the processes of production, reproduction and circulation of information in the cyberspace environment and its algorithms. This reflection exercise is registered in two moments. The first refers to the structural change of the public sphere, according to Habermas, or its shattering of the molds of yesteryear, according to Chauí's thinking, and the action of entities such as the State, society, the market and the means of communication in a new symbolic disposition of each one of them. The second concerns the description of fundamental aspects in the observation of this new reality - cases of acrony and atopy or the excess and scarcity of information in the context of the public sphere, which contribute to the emergence of discursive acts based on hate, misinformation, in non-truth and fake news.

Keywords: Public sphere and politics. Misinformation and not truth. Dependency and interdependence.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 03 - Comunicação e Sociedade Civil na 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), de 9 a 11 de maio de 2023.

² [JANECIR CARDOSO FLÔRES] O autor é jornalista, servidor público federal e Doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (PEPGCOS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), jornalista.johnny.cardoso@gmail.com.

1 Introdução

Os estudos à análise ora desenvolvida fundam-se em percorrer questões relativas ao contexto das transformações tecnológicas do século XXI e das relações sociais mediadas, que redundaram na situação vivenciada atualmente em virtude dos desdobramentos sócio-históricos no sentido de dependência e de interdependência aos sistemas na era da globalização.

Ao longo da história, não há acontecimento, fato ou fenômeno específico que tenha sido responsável isoladamente por reformas significativas em nosso processo civilizatório ou realidade social. Mormente, essas mudanças resultam de movimento cumulativo e de continuidade convergindo a uma conjunção de fatores para que algo se encaminhe dessa ou daquela forma, nessa ou naquela direção enquanto registro histórico.

O advento das redes sociais no ciberespaço e do vigoroso processo interativo observado mais intensamente a partir dos primórdios do século XXI inaugurou, paradoxalmente, uma nova forma de presença do indivíduo no ambiente da esfera pública (visibilidade mediática) e de não-presença ou ausência no que tange à discussão de temas emergentes. Com o empobrecimento incomum da vida pessoal.

Em face a tal problemática discorreremos sobre pressupostos teóricos que contribuem à análise e ao debate desses temas substantivos, bem como o papel de entes que interagem na dimensão da cibercultura e seus algoritmos – como o Estado e os meios de comunicação, por exemplo – considerando essa nova realidade social. Sobretudo de caráter público, em razão de escolhas políticas em nível individual ou por segmentos representativos que, no coletivo, enxergam diferentemente conceitos como democracia, liberdade de expressão, direitos civis etc.

Correntes do pensamento que elaboram teorias acerca da credulidade e do viés de confirmação, da acronia e da atopia, do excesso e da escassez de informações no ambiente da esfera pública, da dromocracia ou dromoaptidão. Cujos elementos norteadores demarcam aspectos comportamentais e concorrem sobremaneira ao surgimento de atos discursivos baseados no ódio, na desinformação, na não verdade e em *fake news* a coabitar o espaço da esfera pública.

2 O sentido de esfera pública

As circunstâncias democráticas atuais passaram a ditar o ritmo alucinante de nossas vidas ao tempo que reduziram o interesse do cidadão pelo debate público, que deveria permear toda a ação em prol do coletivo e de seu fortalecimento. Afastamos, paulatinamente, a participação individual das decisões coletivas e a cambiamos em manifestações pessoais que pouco têm de solidário, colaborativo ou refletem discussões de interesse comunitário.

Contudo, a despeito de interesses pessoais na demonstração de “força” (prestígio, status social e credibilidade) nas redes sociais e seu caráter narcisista e monetário, tal situação de certa forma transformou-se nos últimos tempos em razão de maior interesse do cidadão em buscar informações para se inteirar dos acontecimentos da política e da sociedade em geral. Especialmente pela polarização ideológico-política engendrada no país a partir de 2018 e seus desdobramentos.

O pensamento habermasiano explicaria em parte as mudanças sensíveis ocorridas no modo de vida da sociedade atual: “A mudança estrutural da esfera pública está inserida na transformação do Estado e da economia” (HABERMAS, 1990, p. 49), portanto calcada na tentativa de diferenciar o direito público do direito privado na primeira metade do século XIX. Essa noção consideraria, sobretudo, a “[...] construção da relação entre um poder público que garante as liberdades e uma sociedade econômica organizada de modo privado” (Ibidem). A separação entre Estado e sociedade redundou no processo

[...] em que uma economia controlada pelos mercados se diferencia pouco a pouco da ordem pré-moderna da dominação política, processo que, desde a primeira modernidade, acompanhou a consolidação gradual do modo de produção capitalista e a formação das burocracias estatais modernas (HABERMAS, 1990, p. 51).

Assim:

A mudança estrutural da esfera pública ocorre mais uma vez com o surgimento dos meios de comunicação de massa eletrônicos, com a nova relevância da propaganda, com a crescente fusão do entretenimento e informação, a centralização mais acentuada de todas as áreas [...] (HABERMAS, 1990, p. 57).

Por isso, convém destacar a argumentação de Eugênio Trivinho (2010, p. 267):

A realidade da comunicação massificada, a que se ligava fundamentalmente a crítica de Habermas, foi significativamente desconstruída com a consolidação social da Internet nas décadas de 70 e 80 e, depois, da Web, a partir dos anos 90 do século passado. O argumento costuma ser facilmente aceito: a emergência do cyberspace – como ficou conhecida a rede mundial de computadores a partir dos anos 80 –, na esteira sofisticada da mundialização do audiovisual e da informação em tempo real, operou nova mutação no cenário. Meios de comunicação monopolistas (estatais ou privados) cederam lugar a um opulento *set* de plataformas, canais e demais dispositivos de manifestação de uma miríade de vozes singulares no mundo inteiro. A centralização autocontrolada do simbólico mediático passou a conviver, relativamente arrefecida em sua exclusividade tecnológica e em seus índices de audiência, com a descentralização e aleatoriedade da atuação e expressão individuais.

Daí a importância dos meios de comunicação pelo significado de esfera pública e o que realmente é feito desse espaço interessante, mas mal aproveitado na proposta de se engendrar um país melhor, mais igualitário e mais democrático em virtude do cenário de parca participação coletiva. Razão pela qual recorreremos a Marilena Chaui (2006, p. 6), por seu raciocínio sobre o esfacelamento da esfera da opinião pública:

Não é casual que nos noticiários, no rádio e na televisão, ao promover entrevistas em que a notícia é intercalada com a fala dos, direta ou indiretamente, envolvidos no fato, tenham sempre repórteres indagando a alguém: “O que você sentiu/sente com isso?” ou “O que você achou/acha disso?” ou “Você gosta? Não Gosta disso?”. Não se pergunta aos entrevistados o que pensam ou o que julgam dos acontecimentos, mas o que sentem, o que acham, se lhes agrada ou desagradam.

Outro exemplo ilustrativo acerca de como os meios de comunicação, em particular o noticiário brasileiro, perderam-se no emaranhado ou na falta de informações ofertadas ao público é a entrevista com o presidente da Líbia, em 1986:

Houve uma rede de televisão brasileira que conseguiu, com ousadia e exclusividade, uma entrevista com o presidente da Líbia, logo após o bombardeio de sua casa pela aviação norte-americana, em 1986. Foi constrangedor para Kadafi e para os telespectadores ouvir as perguntas: “O que o senhor sentiu quando percebeu o bombardeio? O que o senhor sentiu quando viu sua família ameaçada? O que o senhor achou desse ato dos inimigos?” Nenhuma pergunta sobre o significado do atentado na política e na geopolítica do Oriente Próximo; nenhuma indagação que permitisse furar o bloqueio das informações a que as agências noticiosas norte-americanas submetem a Líbia. A longa entrevista reduziu-se aos sentimentos paternos e conjugais de Kadafi perante o terrorismo inimigo. [...] Em suma, o acontecimento político foi transformado em uma tragédia doméstica e da vida pessoal de uma das mais importantes lideranças do mundo árabe (CHAUÍ, 2006, p. 6).

A despeito das circunstâncias no caso específico e das prováveis exigências feitas pelo ditador para que a entrevista fosse concedida à equipe de reportagem brasileira, por questões de segurança, a autora deixa claro que a condução do episódio demonstra a ausência do debate ou foco no que realmente importava apresentar para a sociedade como um todo à época.

Em sua obra sobre o poder da informação, Edgar Morin (1986) ao caracterizar nossa época, apontou que no final do século passado já passáramos a conviver com a “miséria informacional” – coexistindo concomitantemente a superinformação (excesso) e a subinformação (escassez). De lá para cá sucederam-se conceitos, acrescidos ao debate sobre os rumos da comunicação como um todo; caso da “infoxicação”³, que define o consumo excessivo de informações.

Segundo Morin (1986), propositalmente o sistema de comunicação ou a própria conjuntura do mercado embaralhariam as cartas, o que justificaria experienciar uma situação inusitada e de confusão. Para ele, presenciamos um “rebentar ininterrupto de acontecimentos” e sobre os quais não meditamos por serem logo substituídos: “Em vez de percebermos os contornos dos fenômenos ficamos cegos em uma nuvem de informações. As antigas manchas brancas geográficas foram substituídas pelas imensas zonas de silêncio sociológico e político que são zonas de informação-ficção” (MORIN, 1986, p. 32).

Nesse contexto e considerando o pensar de Cornelius Castoriadis (1982), o imaginário e o simbólico fariam a diferença. Parece-nos esse um ponto crucial em termos de reflexão e discussão do assunto quando consideramos nossa condição a respeito da esfera pública e as consequências ao debate na perspectiva das prioridades de nosso tempo, tanto em sentido daquilo que dele fazemos (temporal) quanto em relação ao processo histórico vivenciado.

Certamente uma conjunção de fatores resultou naquilo que passamos a denominar “condição pós-moderna”, conforme argumenta Marilena Chauí (2006) ao

³ O termo resulta da composição por aglutinação das palavras informação e intoxicação, advindo de estudos realizados pelo físico espanhol Alfons Cornellá, em 1996. Seu significado refere-se ao excesso de conteúdo disponibilizado diariamente e que não conseguimos absorver, resultando em distúrbios como dispersão, estresse e ansiedade. Está atrelado, também, ao sentido de hiperconectividade pela necessidade de se estar conectado o tempo todo na busca incessante de informação.

referir-se à obra homônima de David Harvey (2008), e o impacto à esfera pública no que tange ao processo de despolitização. Os meios de produção, os meios de comunicação e o Estado, cada um a seu modo, teriam contribuído tanto à manutenção do sistema capitalista quanto ao enfraquecimento da esfera pública – elemento fundamental ao avanço dos espaços representativos da cidadania e da democracia.

Ao pensarmos esfera pública de discussão como espaço de debate, dispomos essa que é uma das configurações defendidas por Eugênio Trivinho (2010, p. 270):

Essa esfera pública assimila-se a uma circunscrição de dialogia programática, de atuação reflexiva desdobrada e argumentada, de competência linguística em ato, demonstrada, todo um domínio de serenidade satisfatória, aberta ao social-histórico, plena de memória cultural e compatível com a experiência conjunta de uma discussão intelectual articuladora de temporalidades objetivas e subjetivas (o passado vivo no presente, com seu potencial de iluminação, e o futuro vívido agora, atado a consequências antecipáveis).

Segundo David Harvey (2008), a condição pós-moderna deflagra a necessidade de reflexão a respeito das mudanças dos aspectos político e econômico do capitalismo a partir do final do século XX, sobretudo em relação à presença e participação do Estado nos setores social e mercantil. Para o autor: “São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.” (HARVEY, 2008, p. 117).

Nessa esteira, a lógica do sistema capitalista ancora-se na perspectiva de que os indivíduos assegurariam o regime de acumulação (HARVEY, 2008), cujos fatores representados pela realização pessoal fizeram emergir o “[...] papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida” (HARVEY, 2008, p. 118) como diferença de pensamento social e de ação coletiva. Em relação aos meios de produção, David Harvey (2008, p. 117) é categórico ao afirmar que o capital e os lucros dele derivados ainda formam a base social e econômica atual:

No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função dos lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. Portanto, precisamos de alguma maneira representar todos os grandes eventos ocorridos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, maneira que não perca de vista o fato de as regras básicas do modo capitalista de produção continuarem a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico.

Ao citar Antonio Gramsci, o teórico britânico David Harvey (2008, p. 122) converge àquilo que nos propomos refletir neste artigo sobre o sentido de dependência ao capitalismo de trabalhadores, setores produtivos da sociedade e países. No modelo fordista do início do século XX, o trabalhador estaria conformado ao tipo de trabalho e aos processos produtivos imanentes a esse sistema de forma a atender parcialmente suas necessidades:

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores.

Por sua vez, Chaui (2006, p. 31) explicita esse contexto identificando algumas das características do período pós-industrial do capitalismo:

[...] 1) a fragmentação e a dispersão da produção econômica (incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta); 2) a hegemonia do capital financeiro; 3) a rotatividade extrema da mão de obra; 4) os produtos descartáveis (com o fim das ideias de durabilidade, qualidade e estocagem); 5) a obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias; e 6) o desemprego estrutural, decorrente da automação e da alta rotatividade da mão de obra, causando exclusão social, econômica e política.

E os meios de comunicação também passaram por uma grande transformação do século XIX para o século XX com a profissionalização de suas tarefas. Na imprensa, de uma atividade meramente literária a uma jornalística, da publicidade ao entretenimento, das plataformas de encaminhamento de mensagens à produção de conteúdo em suportes de mídias sociais.

Nicklas Luhmann (2005, p. 25), considera os meios de comunicação como “[...] um dos sistemas de funcionamento da sociedade moderna que, como todos os outros, deve sua capacidade reforçada à diferenciação autofortificada, ao fechamento operacional e à autonomia autopoietica do respectivo sistema”, baseando-se na codificação da informação e não-informação.

O Estado é um dos grandes responsáveis pelas circunstâncias hoje vivenciadas. Na ausência de ação ou no arrefecimento de seu poder de intervenção

e regulamentação, perdeu-se o interesse em dispender esforços e recursos nas políticas de bem-estar social – que possibilitaria mais qualidade de vida à população como um todo – e elevou-se o de garantir a sobrevivência de um esgotado modelo capitalista. Nos anos 1930, exemplo disso é o fato de o programa *New Deal* ter sido lançado durante a gestão do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt justamente para salvar o capitalismo da crise econômica que se instalara com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Para além do ambiente público, no caso específico da administração pública e do Estado em si, a observância de quesitos como *compliance* e *governança* é exigência inegociável e condição *sine qua non* de sua atuação no contexto da esfera pública. Pela lógica do que se espera deles em termos éticos e, principalmente, em virtude de o modo de se comunicar dizer muito do fortalecimento ou não da democracia, dos direitos civis e da liberdade de expressão.

Habermas (1990) propicia compreendermos melhor esse aspecto relacionado ao Estado e ao sentido democrático da comunicação:

Evidentemente, o teor normativo do conceito democracia, que está ligado ao processo de formação discursiva de valores e normas nas comunicações públicas, não se limita aos arranjos institucionais mais adequados no plano do Estado democrático de direito. Ele aponta para além dos processos formais *constitucionais* de comunicação e decisão. A formação da opinião organizada nas corporações, que leva a decisões responsáveis, apenas consegue fazer jus ao objetivo da busca cooperativa da verdade na medida em que permanecer *permeável* aos valores, temas, contribuições e argumentos, livremente flutuantes, de uma comunicação política *circundante*. Essa comunicação precisa ser facilitada do ponto de vista constitucional, porém não pode ser organizada como um todo. Antes, a expectativa de resultados racionais, justificada do ponto de vista da teoria do discurso, fundamenta-se na interação política da vontade, constituída institucionalmente, e os fluxos espontâneos da comunicação – não atravessada por relações de poder – de uma esfera pública que seja programada não para a tomada de decisão, mas para a descoberta e a solução de problemas e, nesse sentido, *não organizada* (HABERMAS, 1990, p. 78, grifos do autor).

Em termos de democracia, ao menos na visão do cidadão, uma comunicação pública bem-feita passa pelo atendimento ou não das demandas no plano de interesses individuais e/ou coletivos. Nessa lógica, não basta apenas intensa atuação do aparato comunicativo governamental na esfera pública se o que resta não passa de mero arranjo discursivo para justificar a ausência de “entrega” de serviços públicos.

Semelhante a isso, quando temos uma comunicação voltada a divulgar “feitos” do gestor máximo de uma cidade, de um estado ou de um país – o que, sem dúvida, também não é comunicação pública no mais puro conceito da expressão – a plenitude da manifestação da/na esfera pública também se mostraria comprometida. Portanto, aquém do esperado em relação aos requisitos fundamentais sob o ponto de vista se os referidos entes públicos cumprem ou não sua missão institucional de modo a justificar a manutenção de sua existência nesse sentido.

3 Acronia e atopia

Outro aspecto importante, associado ao novo modo de vida da sociedade atual, diz respeito ao tempo e ao espaço. Nisso, interessa-nos o modo de pensar de David Harvey (2008, p. 187) à medida que: “O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”. Sobre o tempo, o autor assim se refere (Ibidem):

Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objetivo de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos rotinas diárias.

Já segundo Paul Virilio (1993, p. 65):

O tempo “contínuo” é talvez o da cronologia ou da história, mas não o do cotidiano. As interrupções de atividade ou de profundidade são essenciais à estruturação do tempo próprio tanto para os indivíduos quanto para os grupos sociais, e, aqui, não devemos esquecer, o dia é a referência, o principal padrão desta interrupção estruturante [...].

Da mesma forma, o espaço tem sua definição em Harvey (2008, p. 188):

O espaço também é tratado como um fato da natureza, “naturalizando” através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. Sob certos aspectos mais complexo do que o tempo – tem direção, área, forma, padrão e volume como principais atributos, bem como distância –, o espaço é tratado tipicamente como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto, apreendido. Reconhecemos, é verdade, que a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente “real”.

Ao mencionar Paul Virilio (1993) para descrever os termos por ele criados, Chauí situa o interlocutor no contexto da atualidade – condição que passamos a ocupar no complexo e multifacetado processo da pós-modernidade, permeada pelo tempo e pelo espaço:

Paul Virilio fala de **acronia** e **atopia**, ou da desaparecimento das unidades sensíveis do tempo e do espaço vivido sob os efeitos da revolução eletrônica e informática. A profundidade do tempo e seu poder diferenciador desaparecem sob o poder do instantâneo. Por seu turno, a profundidade de campo, que define o espaço da percepção, desaparece sob o poder de uma localidade sem lugar e das tecnologias de sobrevoo. Vivemos sob o signo da telepresença e da teleobservação, que impossibilitam diferenciar entre a aparência e o sentido, o virtual e o real, pois tudo nos é imediatamente dado sob a forma da transparência temporal e espacial das aparências, apresentadas como evidências (CHAUI, 2006, p. 32-33, grifos nossos).

A autora assim complementa:

Volátil e efêmera, hoje nossa existência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota em um presente sentido como instante fugaz. Ao perdermos a diferenciação temporal, não só rumamos ao que Virilio chama de “memória imediata”, ou ausência da profundidade do passado, mas também perdemos a profundidade do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas (CHAUI, 2006, p. 33).

Interessante rememorarmos os conceitos de Paul Virilio supramencionados. A ausência de tempo (*acronia*) ou do não-lugar (*atopia*) foram incorporados com naturalidade assustadora pela sociedade atual.

A acronia, resultante de nosso envolvimento com o aparato tecno-comunicativo disponível, consome um tempo que não temos para refletir sobre as coisas importantes de nossa vida. Somos literalmente engolidos por uma série de tarefas e acontecimentos “menores” que nos distraem a todo instante e nos distanciam do essencial. Por sua vez, a atopia demarca a estranha sensação de que estamos ao mesmo tempo em muitos lugares e em lugar algum – é como se a matéria (corpo) tivesse várias existências e nos desdobrássemos para cumprir nossos compromissos diários que em muito se alargaram pela falsa percepção de que tudo pode ser resolvido digitalmente.

Podemos explicar a situação vivenciada na atualidade a partir do pensar de Virilio (1993, p. 95): “Ubiquidade, instantaneidade, o povoamento do tempo suplanta

o povoamento do espaço”. Em outro momento de sua obra, ao dispor uma série de questionamentos, o autor abre um campo de reflexões sobre o próprio modo de vida do indivíduo na pós-modernidade que muitas vezes não nos damos conta:

Como viver verdadeiramente se o aqui não o é mais e se tudo é agora? Como sobreviver amanhã à fusão/confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma *telepresença* à distância, para além do horizonte das aparências sensíveis?

Como administrar racionalmente o desdobramento não somente das *realidades atual e virtual*, mas ainda do horizonte aparente que baliza o limite da percepção de minha atividade cotidiana e do horizonte *trans-aparente* de uma tela que subitamente entreabre uma espécie de janela temporal para interagir alhures e, freqüentemente, muito longe? (VIRILIO, 1993, p. 103, grifos do autor).

Perdemos as referências ulteriores de realidade em relação a espaço e tempo. Segundo Paul Virilio (1996, p. 123), no diz respeito a espaço: “O estreitamento das distâncias transformou-se numa realidade estratégica com conseqüências econômicas e políticas incalculáveis pois equivale à negação do espaço”.

E com o aporte de novas tecnologias, funcionando em sistemas de rede e conectividade, o tempo “real”, por exemplo, passou a ser a visto quase como um adendo em nossas vidas. Diante de todo o aparato tecnológico disponível e a infinidade de telas que interagimos na conexão com outras pessoas, o tempo “virtual” passou a ser imperativo no cumprimento de tarefas administrativas, econômicas e de toda forma de marcação temporal necessária ao nosso dia a dia – independente de condições climáticas, estações do ano, período do dia e o que quer que esteja acontecendo no mundo fora da tela do computador ou de um celular.

Por sinal não é o tempo, mas a velocidade que justifica e delimita a tão agitada vida atual. A dromoaptidão determina nossa inserção ou alijamento nos processos sociais virtuais, enquanto violência invisível da técnica sobre aqueles que não estão “aptos” a fazer parte efetivamente do mundo digital e de sua complexidade em termos de operacionalidade.

É simbólica, ainda, a situação configurada pelas mudanças ocorridas na era da civilização mediática: em tempos de *devices* e outros aparelhos modernos que possuem a função de agenda, por exemplo, quem não deixou de memorizar seus contatos? Mesmo os números de telefones mais utilizados no passado passaram a

figurar somente em um limbo ou universo paralelo, que em realidade não frequentamos e, por vezes, lembramos.

Com esse aporte eletrônico, nossa memória passou a direcionar esforços para coisas mais interessantes – relacionadas ao aqui e ao agora – e perdemos completamente a capacidade de memorizar qualquer coisa nesse sentido. No mesmo patamar encontra-se o *déficit* de atenção ou a mera incapacidade de nos concentrarmos em algo por muito tempo, cuja máxima virou regra: não adianta mandarmos um texto longo ou um vídeo com mais de 3 ou 4 minutos que as pessoas simplesmente não leem ou sequer acessam tal conteúdo.

4 A dependência na pós-modernidade

As palavras de ordem que talvez expressem mais adequadamente a situação atual sejam *dependência* e *interdependência*. Diuturnamente somos dominados pelas telas de computadores, na dependência de informações e de imagens que circulam no espaço cibernético. O processo de globalização trouxe consigo a interdependência e correlação de fatos cada vez mais fugazes (dromocráticos), ocorridos em lugares distantes, que aparentemente não teriam conexão alguma e se tornaram próximos em virtude da quase “onipresença” por nós alcançada com as tecnologias disponíveis.

Não há escapatória quando o assunto é a dependência da sociedade em relação a processos, sistemas, algoritmos e máquinas em um mundo influenciado pelo caráter globalizado, pois tudo está interligado e, qual redemoinho formado por pedra jogada na água, uma ação tem reflexo sobre um fenômeno e assim por diante.

É notório que, a partir dos anos 1970, a crise do petróleo trouxe a reboque a clara demonstração de sujeição do sistema econômico e de produção em relação aos combustíveis fósseis. Razão pela qual fez surgir a necessidade de se pensar soluções ao problema da poluição e do esgotamento dos recursos naturais. Discussão que, de certo modo, passou a chamar a atenção mundial para resolver uma questão que atinge a população do planeta todo e tornou-se nodal em termos de discussão – caso

das conferências sobre o clima promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas referidas agendas, além dos acordos bilaterais entre países.

Exemplo clássico da dependência do mercado na atualidade por um produto específico é a da paralização ocorrida recentemente na indústria automobilística brasileira pela falta de fornecimento de *chips* (semicondutores) utilizados nos sistemas de navegação e *performance* dos motores dos veículos. Esse desabastecimento advém da escassez de silício (principal matéria-prima do componente) nas indústrias asiáticas responsáveis por sua fabricação e o desabastecimento d'água na região pela falta de chuvas, uma vez que a fabricação do componente requer grande quantidade hídrica. Além disso, a concorrência acirrada é o outro gargalo à indústria automobilística em virtude desse componente ser utilizado também na produção de computadores e eletrodomésticos de última geração, com forte apelo tecnológico.

O contexto da globalização traz consigo outras características e elementos que a conformam. Como a visibilidade mediática e a intensificação do processo de monetização das relações sociais, uma dependência inextricável na forma como nos colocamos na cena pública e interagimos com os outros no ciberespaço. Atualmente, a postagem de comentários, conteúdos e curtidas no âmbito das medias sociais ou canais nas mais distintas plataformas de transmissão, quase sempre se reveste o ato de ganho de capital ou busca de notoriedade e fama por alguém.

No caso destas últimas, não raro utilizadas com fins políticos e no intuito de conquistar a simpatia de eleitores ou mesmo para atingir certo status social que, de alguma forma, se transforme retorno financeiro. O protagonismo e a notoriedade alcançados por influenciadores digitais, produtores independentes de conteúdo etc. estão literalmente associados ao número de seguidores, visualizações, curtidas e comentários positivos em relação a determinado produto, com divulgação lucrativa a “anunciantes” e responsáveis pelo canal.

Entretanto, nem tudo está perdido. Não podemos deixar de mencionar o espaço ocupado pelos ativistas digitais, que se dedicam especialmente a debater temas caros às minorias (negros, mulheres, LGBTQIA+ etc.), a denunciar grandes corporações e sua ganância pelo capital e desrespeito ao meio ambiente, a combater regimes totalitários e descabros cometidos por países mundo afora contra direitos

humanos e civis de toda ordem – com agressões à liberdade de imprensa, à democracia, ao direito de expressão e ao Estado Democrático de Direito, bem como o controle e a manipulação de dados pessoais do cidadão sem a devida autorização.

Emblemáticas a prisão do ativista digital australiano Julian Assange e a repercussão diplomática do caso na comunidade internacional a partir da denúncia de inúmeras organizações que atuam em rede e sem fins lucrativos na condução do tema. Situação que reforça a forma como passamos a consumir informações e nossos dados passaram a circular no ciberespaço (a serviço de grandes empresas, de grupos políticos e de governos), colocando em risco vidas e reputações. Conforme Trivinho (2022, p. 8-9), “[...] ações digitais de enredamento global e espalhamento incontrolável de conteúdo, em prol da transparência incondicional, têm colocado em xeque a opacidade de Estados nacionais e grandes companhias”.

5 Considerações finais

Muitas são as formas de se pensar a democracia e o sentido que dela fazemos pelos significados à construção da sociedade que idealizamos, em virtude do próprio modo de se perceber e “captar” o mundo e as noções que temos de direitos humanos e de liberdade de expressão, por exemplo.

Diante do argumento de Cornelius Castoriadis (1982), interessante constatar que as coisas podem se resolver pelo imaginário ou pelas significações sociais imaginárias (magmas), pois as sociedades inventam algo à medida que isso se mostre viável nas circunstâncias dadas, conforme suas necessidades reais. Temos, então, necessidades prementes: o distanciamento da monetização exacerbada das relações sociais, em que tudo é pensado no capital e suas associações – razão principal de existência do sistema capitalista; e a autocrítica sobre a visibilidade mediática desenfreada, em que todos têm opinião a expressar e o desejo insaciável de aparecer.

E Habermas (1990), por exemplo, é referência nos estudos de esfera pública em relação aos processos comunicativos justamente por associar o significado de democracia à participação coletiva na perspectiva de se construir um país melhor a

partir da comunicação realizada. Nisso, enquanto sociedade, temos um longo caminho a percorrer.

Felizmente, no caso específico dos meios de comunicação e do poder que desfrutam, há muito os estudos sobre recepção e a influência dos emissores sobre a audiência sedimentaram a ideia de que esse domínio é relativo – bem diferente do que se supunha no passado, quando se imaginava que os meios de comunicação manipulavam inteiramente as massas com seus conteúdos e mensagens. Transpomos a condição de um ato comunicativo meramente vertical e hierárquico para um mais horizontal, dinâmico e democrático.

De certa forma, a pulverização dos interesses no sentido de atenção e de audiência e a oferta mais polissêmica em termos de conteúdos disponibilizados pelas mídias e suas diversas plataformas também contribuíram à mudança mais recente no/do entendimento acerca desse poder. Razão pela qual os meios de comunicação têm se esforçado para conquistar audiências e se aproximar mais de seus públicos-alvo pelo tipo de conteúdo ofertado, mais plural e interativo.

Semelhante a Niklas Luhmann, comungamos a ideia de que se os meios de comunicação estiverem mais comprometidos com sua missão social desempenharão protagonismo na difusão de informações pela possibilidade de nos apropriarmos desse conhecimento. Portanto, é essencial sua participação no ambiente da esfera pública de modo a enriquecer os debates coletivos e inspirar o senso democrático, pois: “A função dos meios de comunicação estaria assim não na produção, mas na representação da esfera pública” (LUHMANN, 2005, p. 171).

Da mesma forma, o papel do Estado é valioso na potencialização da democracia ao construir um ambiente propício à participação política e cidadã no debate da esfera pública, em busca do tão sonhado salto de qualidade na vida de milhões de famílias brasileiras. Para tal, faz-se necessário o engendramento de políticas públicas que atendam os mais carentes e de políticas econômicas que gerem renda, emprego e oportunidades iguais a todos pela via da educação na busca de uma verdadeira transformação de nossa realidade social.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. 4. reimpr. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. 2. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução e apresentação de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e de Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

TRIVINHO, Eugênio. **Liberdade para Julian Assange**. Disponível em: <https://aterraeredonda/liberdade-para-julian-assange>. Maio 2022.

TRIVINHO, Eugênio. Espaço público, visibilidade mediática e cibercultura: obliteração estrutural da esfera pública no *cyberspace*. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 266-277, set./dez. 2010.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Prefácio de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.